

**“PARA MELHOR ASSISTÊNCIA A ESSES CAMPOS”
A ESTÂNCIA MISSIONEIRA DE SÃO LOURENÇO E A REMANESCÊNCIA
ESCULTÓRICA**

**"FOR BETTER ASSISTANCE TO THESE FIELDS" THE MISSIONARY RANCH
OF SÃO LOURENÇO AND ITS SCULPTURAL REMNANTS**

Linara Cristina dos Santos*

Resumo: O referido artigo expõe hipótese de que as imagens missioneiras de Santa Bárbara e São João Batista presentes no município de Santa Bárbara do Sul-RS são remanescentes escultóricos de uma estância missioneira que existiu na região do Planalto Médio durante a administração jesuítica. A estética das imagens, com biótipo indígena e geometrização nas formas, indica que elas podem ter sido confeccionadas na própria estância, longe dos ateliers missioneiros. Posteriormente, após a Conquista das Missões em 1801, foram apropriadas pelos novos povoadores luso-brasileiros. Conclui-se que as imagens missioneiras remanescentes em Santa Bárbara do Sul-RS são representativas da cultura material oriunda das Missões e do amplo espaço geográfico que ocuparam, além dos povoados.

Palavras-chave: Remanescentes Escultóricos, Estância Missioneira, Planalto Médio

Abstract: This article attests to the theory that the missionary images of Saint Barbara and Saint John the Baptist located in Santa Bárbara do Sul, Rio Grande do Sul are sculptural remnants of the missionary ranch that existed in the Planalto Médio region during the Jesuit rule. The aesthetics of the images, with indigenous features and geometric shapes, indicate that they may have been made in the same area, away from the missionary ateliers. Later, after the Conquest of the Missions in 1801, they were appropriated by the new Portuguese-Brazilian settlers. It is concluded that the remaining missionary images in Santa Bárbara do Sul-RS are representative of the material culture originating from the missionary ranch and the wide geographic space they occupied, outside the mission villages.

Keywords: Sculptural Remnants, Missionary Ranch, Planalto Médio

Introdução

* Mestranda em História Regional –UPF, Especialista em História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira -ULBRA, Graduada em História - UNIJUÍ. E-mail: Linaracris@hotmail.com

A História das Missões na América Meridional está longe de ser um tema esgotado. Especialmente, quando se trata da participação da região do Planalto Médio neste processo. Pesquisas arqueológicas recentes tentam encontrar vestígios da primeira fase das Missões Jesuíticas no território conhecido como Tape, para tentar entender a experiência missioneira nesta região.

Sabemos que os jesuítas e índios missioneiros dispunham de uma organização para a subsistência dos Povos. Grandes extensões de terras foram divididas entre os caciques e suas famílias extensas que representavam cada um dos Sete Povoados, as quais se subdividiam em estâncias e postos para a criação e abate do gado oriundo das Vacarias.

A região do Planalto Médio pertencia a grande estância do Povo de São Lourenço. Tanto as estâncias como os postos eram providos de capelas com imagens de santos.

Conjectura-se que muitas destas imagens foram confeccionadas longe dos povoados. A existência de inúmeras capelas espalhadas pelas estâncias missioneiras em todo o território do atual estado do Rio Grande do Sul, confirmadas pela materialidade das imagens, mostra a importância deste locus sagrado fora da unidade missional controlada pelos padres jesuítas

O referido artigo pretende problematizar a hipótese de que as imagens de Santa Bárbara e São João Batista são remanescentes de uma estância missioneira que havia na região e que as mesmas foram apropriadas pelos novos povoadores luso-brasileiros, que fixaram residência nos campos de Santa Bárbara na década de 1820.

1. A Formação das Estâncias nas Missões Orientais do Uruguai

A Província Jesuítica do Paraguai foi criada em 1609, quando os padres da Companhia de Jesus começam a fundar as reduções na América Meridional, com o objetivo de catequizar os índios de diferentes parcialidades em especial a guarani.¹ Mas, foi somente no ano de 1626, que os jesuítas adentraram no território do Tape (atual estado do Rio Grande do Sul), quando fundaram dezoito reduções, na primeira fase do ciclo jesuítico na região.

De acordo com Júlio Ricardo Quevedo dos Santos os padres jesuítas iniciaram em 1626 “a missionarização dos guaranis tapes da margem oriental do rio Uruguai e observaram que as padarias da região serviam para o desenvolvimento da atividade pecuarista” (2006, p.123).

Foi durante a primeira fase das Missões, que ocorreu a introdução do gado, no território da margem oriental do rio Uruguai. Em 1634, o padre Jesuíta Cristóvão de Mendonza conduziu até a redução de São Miguel uma tropa de 1500 cabeças de gado, que foram redistribuídas as outras reduções (QUEVEDO, 2006, p.124).

As frequentes incursões dos bandeirantes paulistas para aprisionar os índios reduzidos e transformá-los em escravos inviabilizou o projeto jesuítico no Tape, obrigando o deslocamento da população remanescente para a margem Ocidental do rio Uruguai.

Devido a tais acontecimentos, o rei da Espanha atendeu o pedido dos Jesuítas e equipou os índios missioneiros com armas de fogo e, foi a partir desta concessão, que os indígenas venceram a Batalha de M'bororé (1641) (NEUMANN, 2009, p.243).

A vitória na Batalha de M'bororé e a concessão para o uso de armas “levou a militarização dos índios reduzidos, como exército de súditos do rei da Espanha, os quais passaram a patrulhar as suas terras, em especial nos limites dos domínios hispânicos com Portugal” (GOLIN, 2014, p.12).

A vacaria introduzida pelos jesuítas se reproduziu sem qualquer domesticação, formando manadas de gado chimarrão. Essa imensa reserva de gado ficou conhecida como “Vacaria del Mar”, explorada durante anos pelos povos de Yapeyú, La Cruz e São Tomé.

Durante o período de vacância do território do Tape, houve uma intensa exploração desta vacaria por contrabandistas luso-brasileiros e espanhóis, “estava lançado o fundamento econômico básico da apropriação da terra gaúcha: a preia do gado xucro” (PESAVENTO apud SILVA, 2009, p.31).

Logo após a fundação da Colônia de Sacramento pelos portugueses, em 1680, na margem esquerda do Rio da Prata, em território espanhol, os padres jesuítas e os índios missioneiros retornam a margem esquerda do rio Uruguai e fundam as Sete Reduções entre os anos de 1682-1707ⁱⁱ, tornando-as um enclave para impedir a expansão luso-brasileira na região do Prata.ⁱⁱⁱ

As estâncias foram criadas para resolver o problema da dizimação do gado, prover a subsistência dos povos e proteger as Missões contra os ataques dos índios infiéis (SERRES, 2015, p.10). O gado oriundo da Vacaria do Mar foi dividido em grandes estâncias comunitárias que pertenciam aos índios reduzidos dos povoados missioneiros. Nessas estâncias o controle do gado era mais efetivo.



Figura 1: Mapas da distribuição das estâncias e postos missioneiros

Aurélio Porto na obra “História das Missões Orientais do Uruguai” descreve as estâncias missioneiras instaladas em território rio-grandense, bem como os ervais dos Povos. Conforme o autor a primeira estância para a criação de gado que se estabeleceu na Banda Oriental do Uruguai foi, na região do atual Planalto Médio e pertenceu a Doutrina de São Xavier. Trata-se de uma concessão feita em 1657 por D. Juan Blazques de Valaverde ao povo daquela doutrina, para que instalassem uma estância de criação de gado na margem oriental do rio Uruguai:

A estância de São Xavier que compreendia uma parte considerável de ervais nativos (*ilexparaguayensis*), ficava entre os rios Ijuí e Nhucorá. Havia dentro deste território três estâncias de gado, sendo as duas últimas entre as cabeceiras do Jacuí, no hoje município de Palmeira (PORTO, 1943, p.218).

A instalação das estâncias gerava vários pleitos entre os povos com relação a legitimação dos espaços, porque na maioria das vezes, para a criação de novas estâncias era necessário subdividir o território, causando discórdia sobre quem teria o direito natural a determinado espaço. Um exemplo destes pleitos foi a disputa feita entre os padres de Yapeyú com os de La Cruz referente a perda das suas terras. Durante mais de vinte anos, os padres de Yapeyú tentaram reaver as terras que foram doadas para a estância de La Cruz (SERRES, 2015, p.03).

Segundo JeanBaptista as estâncias foram criadas “para tentar suprir a carência alimentícia” (2015, p.174), poisos espaços dedicados ao*Tumpabaé*, próximos aos povoados, não davam conta de alimentar todos os missionais. O sistema de cultivo dos povoados era definido pela divisão entre o cacicado. Cada família missional, desfrutava de um lote de terra distribuído pelo jesuíta (Idem).

Podemos ter uma ideia de como era feita a divisão do território de uma redução através do relato do Padre Antônio Sepp, quando distribuiu as terras do Povo de São João Batista entre vinte um caciques e 750 famílias:

Pus –me então, a distribuir a cada família terras e montes, bosques e macegais, rios e arroios. Estabeleci um cacique para as bandas do leste outro para oeste; estendi os limites de um para sul, e as de outro para o norte. Logo mandei erigir uma cruz à guia de marco, designei um outeiro, um bosque ou um rio qualquer para divisa, além do qual não era permitido avançar (SEPP, 1943, p.196).

As grandes estâncias com seus respectivos postos não serviam apenas para a criação de gado para a subsistência dos Povos, mas também objetivavam a defesa do território espanhol e serviam para controlar as frequentes incursões de índios infieis^{iv}:

A fundação das estâncias e reduções, especialmente as da Banda Oriental do Rio Uruguai, além de facilitar a conexão entre os Povos ajudando no desenvolvimento econômico e no controle das incursões de outros grupos considerados infieis, também serviu para a defesa do espaço de instituições de fronteira para o império espanhol . Assim, a fundação dos povoados missioneiros na banda oriental do rio Uruguai teve, também, a dimensão da fixação da colonização espanhola na região (SERRES, 2015, 10).

Devido à grande retirada de gado da Vacaria do Mar para a formação das estâncias missioneiras, e, por parte dos colonos espanhóis e luso-brasileiros, além das frequentes incursões dos índios infieis, “os jesuítas buscaram estabelecer uma nova reserva de gado, em uma área distante das cidades coloniais platinas e da Colônia de Sacramento” (SILVA, 2009, p.32).

O local escolhido para a nova Vacaria foram os Campos de Cima da Serra, que ficou conhecido como a “*Vaquería de los Pinares*”. Conforme Adriana Fraga da Silva “esta nova vacariafoi fruto de uma iniciativa planejada pelos jesuítas. Cabeças de gado foram tiradas das estâncias das reduções e a exploração devia se dar em forma proporcional a cada uma” (2009, p. 33). A cada povoado foi assinalado uma determinada quantia de animais e cabia a estes

estabelecer invernadas, em campos seguros como forma de garantir a reprodução. (SILVA, 2009, p.59)

Cada Doutrina, ou Povo, recebia a doação de uma extensa faixa de terra que dividia em estâncias de criação de gados- cada estância se subdividia em postos, ou pequenas invernadas (PORTO, 1943, p.216). Tanto as estâncias, como os postos, eram providas de capelas, com respectivas imagens de santos (PRESTES, 2016, p.195).

As sedes das estâncias guaranis constituíam-se de um pequeno núcleo populacional, com ranchos e capelas (AHLERT, 2012, P.124), assim descrita por Lugon:

As estâncias estendiam-se por dezenas de hectares. Eram cercadas de muralhas, de cercas vivas e cactos, de sebes ou valados. Cada estância estava dividida em vários distritos e rodeios, contendo cada um cinco mil cabeças de gado. As estâncias dos guaranis eram as mais belas de todo o país. Cada fazenda tinha a sua capela, seu laranjal, e outras árvores frutíferas, de que ainda se encontram vestígios (apud, SERRES, 2015, p.02).

Devido a extensão das estâncias e as frequentes incursões dos índios infiéis, foram construídos em determinados pontos de maneira estratégica os chamados “*puestos*”, que “eram currais de gado com uma pequena quantidade de índios, formando um pequeno assentamento.” (SERRES, 2016, p.06). Estes postos ajudavam na segurança para a passagem da estância as reduções, para a proteção dos produtos comercializados e funcionavam também como ponto de infraestrutura onde se oferecia água e um lugar de descanso para os viajantes.

A população das estâncias não era significativa, não passava de algumas dezenas de índios campeiros, somados as suas mulheres, sob o comando de um “índio estancieiro”, “todos, é certo, criteriosamente selecionados pelos missionários, congregados de algumas irmandades da redução, eram dignos de confiança para a empreitada que podia ser perigosa.” (AHLERT, 2012, p.127)

Segundo Guillermo Wilde o termo “estância” aludia, por um lado, ao território do Povo em que se realizavam as tradicionais vacarias e, por outro, o estabelecimento para a criação e amansamento de animais de baixo controle e vigilância dos habitantes do povoado. Neste segundo sentido as estâncias eram âmbitos onde se desenvolvia uma vida social relativamente autônoma no que diz respeito aos Povos que estavam submetidas (2009, p. 291).

Durante as demarcações do Tratado de Madri (1752-1759), os exércitos demarcadores encontraram diversos povoados espalhados pelas antigas estâncias missioneiras, são várias as

referências a capelas nestes estabelecimentos como os mencionados no Diário de José Custódio de Sá e Farias: “Chegamos a uma estância de índios, onde havia uma capela de Santa Anna abandonada” (Sá e Farias [1750-1761] in GOLIN, 1999, p. 435), [...] Marchamos para o Campo de Santa Clara [...] Neste campo achamos três ranchos de palha e um deles havia servido de capela. (Sá e Farias [1750-1761] in GOLIN, 1999, p. 437), [...] “No chamado Campo das Vacas” [...] “Achamos neste campo, 6 ranchos de palha. Um deles era uma capela” (Sá e Farias [1750-1761] in GOLIN, 1999, p. 441).

Um dos motivos dos índios missioneiros construírem capelas nas estâncias podem estar intrinsicamente ligadas a crenças ancestrais relacionadas a materialidade da imagem, que podia interceder, no caso das lavouras, ao domínio das pragas, a produtividade, e às intempéries da natureza. Nestes locais, eram raríssimas a presença dos padres e, por isso, os guaranis construíam por vontade própria capelas nas áreas rurais, plantação ou nas estâncias de criação de gado, “para não se privarem do costume que tem de ir à missa e rosário” (BAPTISTA, 2015, p.181).

No que se refere as capelas rurais, Jean Baptista enfatiza que haviam pelo menos dois gêneros de capelas espalhadas pelas áreas de abrangência das Missões “algumas pertencentes aos padres e congregantes outras aos caciques e suas famílias” (2015, p.179).

A partir de 1715, as capelas particulares das famílias dos caciques “já aparecem comum aos povoados do Uruguai” (BAPTISTA, 2015, p. 181). A importância das capelas para os índios é notória, como observou Félix Azara, décadas depois do período jesuítico: “cada estância jesuítica tinha sua capelinha” (apud AHLERT, 2012, p.126).

O mapa produzido pelo Cabildo de La Cruz, em 1784, nos dá uma ideia da quantidade de capelas, que eram construídas nas áreas rurais de abrangência das Missões. Este mapa indica a existência de 57 capelas nos arredores das reduções de São Tomé, São Borja, La Cruz e Yapeyú.



Figura 2: Mapa produzido pelo cabildo de La Cruz, em 1784. Localizado no Archivo General de la Nación, em Buenos Aires. Sala IX, 22-8-2. Fonte: BARCELOS, Arthur H. F. O compasso e a cruz. Cartografia jesuítica da América Colonial, 2006. CD.

É possível verificar que as capelas estão regularmente distribuídas no território missioneiro. “Suas distâncias comumente, variam de duas a sete léguas, possibilitando que a cada dia de caminhada, pelo menos uma servisse de parada para realizar orações e acampamentos” (AHLERT, 2012, p.128).^v

Com o processo de decadência das Missões, nas décadas posteriores a expulsão dos jesuítas, as estâncias missioneiras se definiram como novos espaços de interação. Elas “constituíam um dos refúgios possíveis aos que não voltaram a viver nos montes ou queriam manter alguma relação, ainda que simbólica com a antiga organização’ (AHLERT, 2012, p.128).

Neste viés, as capelas das estâncias ou dos “postos” representavam a manutenção das práticas religiosas e “foram o meio através do qual se firmou certa devoção rural” cujas imagens de santos são remanescentes (idem).

Permaneceram em seus antigos postos as imagens, sendo apropriadas pelos novos povoadores luso-brasileiros. Algumas compõem hoje acervos de museus municipais, outras estão em casas de particulares e, ainda, algumas preservam o seu uso religioso, passados séculos do contexto em que foram criadas. Essas imagens, como cultura material remanescente das antigas estâncias missioneiras, que existiram em todo o território do Rio Grande do Sul, são fragmentos da sociedade que as forjou.

2. As imagens de Santa Bárbara e São João Batista: remanescentes escultóricos de uma estância missioneira

Entre as hipóteses avaliadas para justificar a presença das imagens missioneiras de Santa Bárbara e São João Batista no município de Santa Bárbara do Sul-RS, consideramos a hipótese que gira em torno do fato que a região do atual município de Santa Bárbara do Sul fazia parte da grande estância missioneira do Povo de São Lourenço.

Acredita-se que esta hipótese seja a mais plausível, decorrente da estética das imagens e a distância dos povoados, visto que somente as imagens de pequeno e médio porte acompanhavam os índios nas viagens ou tropeadas. A imagem de São João Batista, por seu peso e tamanho, dificultaria o transporte desde as reduções, levando em consideração que era raro o uso de carretas pelos missionários e, por isso conjectura-se que tenha sido confeccionada na região. Já a imagem de Santa Bárbara, que dá nome ao lugar, do qual se tem conhecimento há mais de 200 anos, pode ser oriunda de uma capela que haveria num dos postos da estância do Povo de São Lourenço Segundo Aurélio Porto:

(...) para melhor assistência a esses campos que ocupavam várias extensões territoriais, estavam eles divididos em estâncias e estas em postos em torno dos quais se erigiam capelas e igrejas, algumas de relativa importância que deram origem a cidades e importantes povoados rio-grandenses (1943, p. 222).

A segunda hipótese está diretamente ligada à colonização estancieira que foi empreendida por “paulistas” logo após a Conquista das Missões em 1801 e se consolida até meados de 1860. A colonização estancieira era um processo conhecido: da conquista do território passava-se à ocupação, criando-se uma situação de *uti possidetis*. Esse processo

sistemático ia da distribuição ou ocupação espontânea de terras para a criação de gado e posterior edificação de vilas. Esses novos povoadores podem ter se apropriado das imagens de santos, que já estariam na região nas capelas das estâncias, ou mesmo, terem saqueado as imagens das antigas reduções.

A terceira hipótese refere-se ao fenômeno tropeirismo. No início do século XVIII, os jesuítas criaram a Vacaria dos Pinhais nos Campos de Cima da Serra para abastecer de gado as estâncias e as reduções. A partir daí, passam a ser frequentes as tropas de gado “tangidas pelos guaranis, através da picada aberta nos matos português e castelhano, na direção dos Sete Povos Orientais ou suas estâncias” (RUCHEL, 2000, p.91). Essas tropas passavam pelos campos de Santa Bárbara por uma das ramificações do Caminho das Missões. A topografia plana e a ausência de rios caldosos eram propícios às tropeadas. Com a ocupação do território dos índios pelos luso-brasileiros, após a Conquista de 1801, o governo português promoveu expedições para abertura de novas rotas^{vi} com o objetivo de ligar a região missioneira aos centros consumidores do país. Logo após Expedição de 1816, empreendida pelo alferes Atanagildo Pinto Martins^{vii}, a região de Cruz Alta se torna um intenso corredor das tropas. Militares e tropeiros se instalam na região e organizam fazendas criatórias de muares e também disponibilizam os campos para pouso das tropas oriundas dos países vizinhos.

Conforme a tradição oral, a imagem missioneira de São João Batistateria sido trazida para Santa Bárbara do Sul, no final do século XIX, por tropeiros que seguiam em direção a feira de Sorocaba em São Paulo. A referida imagem foi encontrada enterrada, próximo a um açude, na localidade de Álvaro Nunes Pereira, por um tropeiro que morava no local. O proprietário da fazenda construiu uma capela de pedra em homenagem a São João Batista, próximo ao local onde a imagem foi encontrada.

A presença de elementos estéticos indígenas, tais como: o biótipo, a geometrização, a rigidez das formas, a frontalidade das mesmas, identificados em análises comparadas com demais imagens do acervo missioneiro, nos leva a ponderar sobre a possibilidade dessas imagens serem remanescentes de uma antiga estância missioneira que havia na região durante o período de administração jesuítica.



Figura 03: Imagem de Santa Bárbara
(90cm x 34 cm)
Acervo: Lauro Prestes Júnior
Santa Bárbara do Sul –RS
Fotografia: Linara Cristina dos Santos



Figura 04: Imagem de São João Batista
(156 cm x 68 cm)
Capela São João Batista
Santa Bárbara do Sul -RS
Fotografia: Linara Cristina dos Santos

Os mapas elaborados pelo genovês Miguel Ângelo Blasco entre os anos de 1757 e 1758, durante as demarcações do Tratado de Madri^{viii}, confirmam que a extensa região das nascentes do rio Ijuí e Jacuí-Mirim era ocupada por uma das grandes estâncias do Povo de São Lourenço.^{ix}

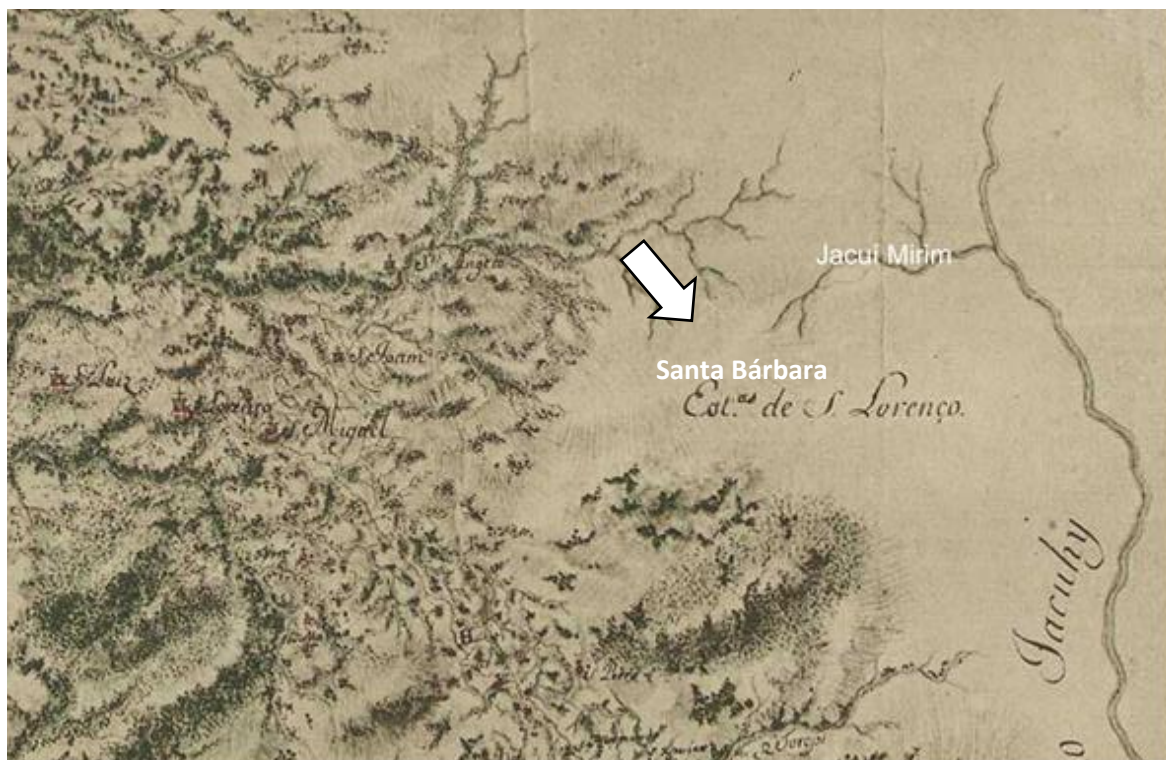


Figura 5: Fragmento do “Mappa que contemo pais conhecido da Colonia até as missões e o caminho que fizerão as duas armadas de S. MagdeFilellma e Cattolica. Miguel Angelo de Blasco”. 1758. Detalhe. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Mapa do genovês Blasco, constituído presencialmente durante as demarcações do Tratado de Madri (1750). Acervo Tau Golin. A seta no mapa está indicando as nascentes do rio Jacuí- Mirim, que se localizam no território do atual município de Santa Bárbara do Sul.

A Estância do Povo de São Lourenço era subdividida em diversas invernadas, lavouras, carijos de erva mate. As comunicações eram realizadas pelo Caminho das Missões e suas diversas bifurcações, conectando-se inclusive, no sentido oeste-leste-norte, com o caminho que cortava o Jacuí e estabelecia comunicação com os Campos de Cima da Serra e ervais dos Kaingangs, que os missioneiros exploravam em negociações comerciais; também ligava-se ao Caminho do Meio, ao norte, transitando entre as nascentes dos rios Jacuí e Uruguai, chegando às vacarias.



Figura 6: Caminho percorrido entre os Sete Povos e a Estância de São Lourenço. Vadeava o rio Jacuí e seguia para os ervais e Campos de Cima de Serra. Havia outra ramificação do Caminho das Missões que passava por Santa Bárbara, que não está destacada no mapa. Fragmento do Mappa q. demostra o Caminho q. fizeraõ as Troppas de S.M.F., e S.M.C. todo o Terreno Conhecido da Coloniaathe as Missões, e o Caminho q. se mandou abrir das d.tas Missões pela Vacaria. 1757. Miguel Ângelo de Blasco. Archivo General de Simancas. Acervo Tau Golin.

O território da Estância de São Lourenço pertenceu a Espanha até 1777, quando foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso. A partir desta data, foi dividido entre os reinos ibéricos, com grande área ficando entre o campo neutral, área sem soberania. Com a conquista das Missões pelas tropas luso-brasileiras em 1801, passou a integrar o espaço português e, depois, brasileiro.

Na comunicação com o Povo de São Lourenço, o caminho era pontuado de capelas em distâncias de um dia de marcha (em torno de 60 km), além das capelas dos setores produtivos ramificados pela grande estância, organizados em pequenos grupos familiares. Nesse particular, cumprindo o costume missioneiro, estas residências também possuíam seus altares domésticos.

De acordo com o escritor Lauro Prestes Filho, antigo zelador da imagem de Santa Bárbara, “no vasto rincão formado pelos rios Palmeira e Jacuí-mirim, desde suas nascentes, teria existido pelo menos um posto, em cuja capela estava a imagem virgem mártir” (PRESTES, 2016, p.215). Mais tarde, essa imagem teria sido apropriada pelos novos povoadores luso-brasileiros, nas primeiras décadas do século XIX:

O símbolo esculpido de Bárbara venerado inicialmente pelos índios, na capela tosca da estância missioneira-passaram aos oratórios das estâncias destas imediações, que se desenvolveram no regime das sesmarias. Teria saído nas mãos de um devoto escultor o início de 1700-em pleno esplendor dos Sete Povos (2016, p. 197).

A devoção rural às imagens deixadas nas capelas das estâncias permanecera entre os novos povoadores luso-brasileiros, que se instalaram na região após a Conquista das Missões em 1801. Conforme Prestes “com a chegada dos novos sesmeiros, fundando novos estabelecimentos, passou a dita estátua a fazer sua secular peregrinação pelas estâncias” (2016, p.215). O imaginário religioso desta época foi acrescido com as imagens de santos trazidas pelos povoadores paulistas.^x

Importante indício que a imagem de Santa Bárbara já estaria na região nas primeiras décadas do século XIX e teria sido apropriada pelos novos povoadores, é a menção feita pelo cel. Aristides de Moraes Gomes^{xi}, na obra “Fundação e Evolução das Estâncias Serranas”, publicada em 1966. Segundo este autor, a imagem já era venerada na estância de Atanagildo Pinto Martins^{xii}, onde nas imediações ocorrera um combate, durante a Revolução Farroupilha em 07 de julho de 1837, quando uma bala perdida teria atingido o altar da santa.

A apropriação das terras das antigas estâncias missioneiras, na região do antigo município de Cruz Alta, pelos povoadores “paulistas”^{xiii} foi feita pelo simples expediente de solicitar concessão de posse às autoridades militares ou comprar terrenos de um Cabildo a preços irrisórios, como consta em um ofício enviado pela Câmara Municipal de Cruz Alta ao Presidente da Província, em 1850:

(...) Tendo os antigos padres da Companhia de Jesus fundado as reduções nestes lugares então só habitadas pelos Índios e fundado os Sete Povos das Missões Oriental do Uruguay fiserão (sic) estabelecimentos de agricultura e criação em diversos lugares e abandonarão estes estabelecimentos quando não erão de vantagem para colocar em outro lugar, visto que só elles habitarão as ditas Missões. Depois de sua extinção os administradores Hispanhões conservaram o mesmo regimem e *depois da Conquista começou a ser habitada estas Missões pelos portugueses, e julgando-se os Administradores e os Cabildos dos Povos com direito de venderem os terrenos de Missões fiserão venda não só de alguns estabelecimentos que ocuparão como de alguns terrenos devolutos sobre os quais nenhum direito podia ter*, era de considerar-se como pertencendo as comunidades dos Índios todo o terreno que formavam a antiga Província das Missões. *Como era fácil pessoas que vinham se estabelecer n’estes lugares comprar a um Cabildo o campo que precisarão por baixo preço, que obter sesmarias, preferiam a este expediente até que sendo o Comandante Geral das Missões autorizado a conceder terrenos*

devolutos a quem os queria cultivar e sendo este ainda mais fácil de obter terrenos a elles se recorriam os que queriam obter terrenos. Estes concediam a quem pedia desde que pela informação do Comandante do Distrito e respostas das hareas confinantes lhe constava estar o terreno desocupado, sem distinguir se pertencerão ou não a comunidade dos Índios. Por esta razão são muito raros os terrenos obtidos por Sesmarias neste Município; e os únicos títulos que há de propriedade dos terrenos é alem da posse venda feita pelos Cabildos dos Povos e Concessões dos Comandantes Gerais.^{xiv}(Grifo nosso)

Este foi o caso da ocupação dos campos da estância de Tupanciretã, que pertencia ao povo de São João Batista e possuía uma capela, currais e árvores frutíferas. Depois da Conquista de 1801, os índios teriam vendido os rincões da fazenda e se retirado do local. Com a lei de 21 de outubro de 1843, as terras foram incorporadas a Fazenda Nacional e consideradas como devolutas. Os antigos proprietários, Alexandre Jacinto da Silva e João Nunes da Silva, que haviam adquirido a área dos indígenas, contrataram o Dr. Hemetério José Veloso da Silveira, para advogar a causa, os quais foram considerados proprietários legítimos.^{xv}

No que concerne a imagem de São João Batista, a sua presença no município de Santa Bárbara do Sul pode estar atrelada ao fato, que nos arredores do atual município de Cruz Alta, o Padre Antônio Sepp teria mandado erigir uma grande cruz de madeira^{xvi} e uma pequena capela dedicada ao Menino Jesus^{xvii}, logo após a fundação do Povo de São João. Era comum erigirem cruzes como marco divisório nos povoados, às quais pareciam aos nativos atribuir um caráter mágico e político:

De fato, a primeira ação dos jesuítas no ato de fundação de cada povoação se dá mediante a instalação de grande cruzes, não raro sendo este ato solicitado por caciques desejosos por demonstrar aos colonos espanhóis que ali estão sob os cuidados da fé católica (BAPTISTA, 2015, p.177).

Se cogitarmos as distâncias entre a estância de Tupanciretã e o local onde fora erigida a “grande cruz”, ambos pertencentes ao Povo de São João, e a distância entre Cruz Alta e Santa Bárbara –seguindo por uma das ramificações da antiga estrada das Missões- a extensão é de aproximadamente 60 quilômetros. Podemos supor que haveria pelo menos uma capela dedicada a algumas das imagens remanescentes no município, pois segundo Tau Golin:

“(…) em distâncias mais ou menos regular de 60 quilômetros, existiam as sedes das estâncias, algumas com características de povoados, com lavoura e pastoreio organizados, rancheiros e postos de controle nas invernadas. Essas unidades eram pontuadas por capelas adornadas de estátuas de madeiras talhadas pelos próprios missioneiros.” (2015, p.27).

A materialidade das capelas das estâncias missioneiras é muito difícil de ter se mantido, pois, como relata José Custódio de Sá e Farias as construções nas estâncias eram ranchos feitos de pau-a-pique e palha, sendo que uma destas edificações servia de capela. Por tanto, o que pode ter restado como cultura material destas capelas interioranas são as imagens de santos, que depois foram apropriadas pelos novos povoadores luso-brasileiros.

Em síntese, de acordo com a hipótese analisada, as imagens de Santa Bárbara e São João Batista já poderiam estar na região desde o período jesuítico-guarani, trazidas pelos próprios índios ou confeccionadas ali mesmo para serem veneradas nas capelas que haviam nas estâncias.

Considerações Finais

A problemática acerca da presença das imagens de Santa Bárbara e São João Batista no município de Santa Bárbara do Sul-RS continua obscura. Podem ter sido confeccionadas no próprio local, pois como se constatou a região de Santa Bárbara pertencia a grande estância do Povo de São Lourenço e era comum erigir capelas nos postos das estâncias, como vimos na menção destes estabelecimentos no Diário de Sá e Farias.

Outra hipótese plausível é que as imagens podem ter sido saqueadas das antigas reduções pelos novos povoadores paulistas. No entanto, essa hipótese pode ser contestada, visto que as imagens não são de traço eruditas e os novos povoadores da região de Cruz Alta, especialmente os que fixaram residência nos campos de Santa Bárbara pertenciam a uma elite militar e letrada. Isso pode nos levar a considerar que no caso de saque estes escolheriam imagens mais bem elaboradas para serem colocadas nos oratórios de suas estâncias.

O Major Atanagildo Pinto Martins, o qual se tem menção que fora um dos primeiros zeladores da imagem de Santa Bárbara, pode ter se apropriado da imagem na região, que poderia estar em uma capela abandonada quando da chegada dos novos povoadores.

No que tange a imagem de São João Batista é difícil chegar a uma conclusão sobre a sua presença em Santa Bárbara do Sul. A tradição oral diz que a imagem de São João Batista foi encontrada por um tropeiro, enterrada próximo a um açude na atual localidade de Álvaro Nunes Pereira. Popularmente, acredita-se que foram os próprios tropeiros que trouxeram a imagem das Missões.

A outra possibilidade é que a imagem de São João Batista tenha sido confeccionada na região sendoque, como vimos, o Padre Antônio Sepp teria mandado erigir um grande cruz, no lugar onde hoje é a cidade de Cruz Alta, demarcando o território do Povo de São João. Como era comum erigir capelas em distância aproximadamente de 60 quilômetros e esta é a distância entre Cruz Alta e Santa Bárbara do Sul pelo antigo caminho das tropas é possível que possa ter existido uma capela dedicada a pelo menos uma das imagens missioneiras remanescente no município.

Este artigo faz parte de uma pesquisa que está em fase de desenvolvimento. No entanto, é possível concluir, por tudo que foi exposto, que as imagens missioneiras remanescentes em Santa Bárbara do Sul são representativas de uma cultura material que se alastrou para fora dos povoados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALHERT, Jacqueline. *Estátuas andarilhas as miniaturas na imaginária missioneira: sentidos e remanescências*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2012.

BAPTISTA, Jean. *O Temporal* [Livro Eletrônico]: *sociedades e espaços missionais*. Brasília: IBRAM, 2015.

BLASCO, Miguel Angelo de. *Mappa que contemo pais conhecido da Colonia até as Missões e o caminho que fiserão as duas armadas de S. Mag de Filellma e Cattolica*. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 1757- 1758.

CASTRO, Evaristo Afonso de. *Notícia Descritiva da Região Missioneira na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2009. (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana)

GOLIN, Tau. *O Caminho das Missões*. In.: PILLAR, Valério de Patta; LANGE, Omara. **Campos do Sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos- UFRGS, 2015. Disponível em: http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/Camposdosul/Campos_do_Sul_TELA.pdf acesso em 10 jan. 2017.

_____. *A Guerra Guaranítica: O levante indígena que desafiou Portugal e Espanha*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

_____. *Cartografia da Guerra Guaranítica*. In.: Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/GOLIN_LUIZ_CARLOS_TAU.pdf Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. *A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GOMES, Aristides de Moraes. *Fundação e Evolução das Estâncias Serranas*. Cruz Alta. Dal Forno Editor, 1966.

HISTÓRIA DE TUPANCIRETÃ. Disponível em: <http://www.tupancireta.rs.gov.br/pagina/id/62/?historia-do-municipio.html> acesso em 09 abril de 2017.

MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS. *Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos (1750-1802)*. Introdução, notas e sumário de Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

MENESES, Ulpiano. *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. Revista de História. USP, n. 115, 1983, 106-117.

NEUMANN, Eduardo S. *Os guaranis e a razão gráfica: cultura escrita, memória identidade indígena nas reduções. Séculos XVII e XVIII*. In.: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009. V. 5 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.)

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

PRESTES FILHO, Lauro. *Causos de Estância e Povoado*. Santa Bárbara do Sul, RS: Gráfica e Editora Minuano, 2016.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. *As Missões Jesuítico-Guaranis*. In: *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Colônia*. Coordenação de Nelson Boeira e Tau Golin. Passo Fundo: Méritos, 2006.

_____. *Vivências e Experiências Indígenas: nas Missões Orientais do Uruguai*. In.: SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. *Missões: reflexões e questionamentos*. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016.

SERRES, Helenize. *O Mundo Rural Missioneiro*. In.: Anais Eletrônicos: XIII Encontro Estadual de História da ANPUHRS. Ensino, direitos e democracia. UNISC. Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares acesso em 12 jan. 2107.

_____. *As estâncias missioneiras: espaço de conexão entre as missões*. In.: Anais Eletrônicos. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares> acesso em 09 jan. 2017.

SILVA, Adriana Fraga da. *Estratégias materiais e espacialidade: uma arqueologia da paisagem nos Campos de Cima da Serra./RS*. Dissertação (Mestrado) Porto Alegre: PUCRS, 2006.

_____. *“Meu avô era tropeiro!” Identidade, patrimônio e materialidade na construção da Terra do Tropeirismo- Bom Jesus (RS)*. Tese (Doutorado em História). PUCRS. Porto Alegre, 2009.

SEPP, Antônio. *Viagem às Missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Martins, 1943.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.

ⁱ Conforme pesquisa arqueológicas, as populações guaranis chegaram à região dos rios Paraguai e Uruguai entre 2 a 3 mil anos atrás, oriundos da região amazônica, a partir de um processo migratório desencadeado por alterações climáticas que provocaram crises ecológicas nas massas florestais continentais. Entre os motivos que levaram as populações guarani a migrarem para a região do Rio da Prata em busca de novos teko's, além de terras férteis, áreas de clima úmido e ameno, etc. foi o que concerne no universo simbólico, essas populações também migraram por acreditarem que existia uma terra sem males. (QUEVEDO, 2016, p. 83-84)

ⁱⁱ As Missões Orientais do Uruguai, também conhecidas como Sete Povos, começam a serem fundadas, em 1682, São Borja, posteriormente, em 1687, foram trasladadas da outra margem do Uruguai para a banda oriental três reduções: São Miguel, São Nicolau e São Luiz Gonzaga. Em 1692, a partir da divisão de Santa Maria Maior, fundou-se o Povo de São Lourenço. Em 1697, dividiu-se a população de São Miguel, devido ao crescimento demográfico e fundou-se o Povo de São João Batista. Em 1707, foi instalada a última das reduções orientais do rio Uruguai: Santo Ângelo Custódio.

ⁱⁱⁱSegundo Júlio Quevedo “os povoados missioneiros estavam estrategicamente organizados e definidos na fronteira interior do Império colonial espanhol.” (2006, p.117) Também para o historiador Tau Golin “as missões representam o projeto mais eficiente da Espanha na disputa com Portugal pelo domínio da América Meridional.” (2014, p.12)

^{iv}Entre os grupos “perigosos” de presença mais notória na Campanha, os chamados “infiéis” eram os mais temidos pela população missioneira. Os Povos missioneiros se encontravam rodeados desta população não reduzida que frequentemente incursionava em seu território para o roubo de gado. Em suas memórias Gonzalo Doblas identificava quatro grupos de infiéis que habitavam na redondeza dos Povos: os minuanos, os charruas, os guayanas e os tupis. (WILDE, 2009, p.294)

^vLista de Povoações e capelas das Jurisdições do Uruguai e Paraguai, com as distâncias entre si, C. 1762. In.: Manuscritos da Coleção Angelis- Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos (1750-1802). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

^{vi}Abertura de novas rotas refere-se ao alargamento das antigas trilhas indígenas.

^{vii}A expedição de 1816, empreendida pelo alferes Atanagildo Pinto Martins, não encontrou um novo caminho para as Missões, apenas descobriu a região de Campos Novos, atual estado de Santa Catarina, que atravessando o rio Pelotas pelo passo do Pontão (atual município de Barracão) alcançou o antigo caminho das Missões. A rota pretendida pelo governo português era que atravessava o passo do Goio –En no rio Uruguai, passando por Nonoai. Essa rota foi aberta somente em 1845, pelo alferes Francisco da Rocha Loures, e foi a última para o Sul, do ciclo do tropeirismo. (RODERJAN, 1991, p.109).

^{viii}Miguel Ângelo de Blascoera mestre do quartel-geral e diretor de mapas do General Gomes Freire de Andrada (GOLIN, 1999, p. 41). Com a ocupação das Missões, José Custódio de Sá e Farias e Miguel Ângelo de Blasco, junto com seus auxiliares, elaboraram mapas gerais, cartografando os principais acidentes geográficos, as estradas, os rios e os locais dos acontecimentos bélicos. (GOLIN, 2011, p.11)

^{ix}A estância do Povo de São Lourenço ocupava duas regiões distintas. A primeira estendia-se ao norte da estância de São Miguel, sendo os principais estabelecimentos as grandes fazendas de São Pedro e de São Lucas, que ficavam além da Serra do Monte Grande, vasta extensão territorial que atingia ao norte as nascentes do Jacuí, Ijuí e Piratini. Dentro da estância São Pedro ficava os postos de São Miguel Mirim, Santo Inácio, Tupanceretan, e Durasnais de São Martinho e São João. A de São Lucas ocupava parte do atual município de São Vicente na região do alto Ibicuí, com seus postos de São Rafael, São Lucas e outros. A segunda região abrangida pelas estâncias do Povo de São Lourenço ficava ao sul do rio Jacui, entre as estâncias de São Luiz ao norte; ervais de São Borja, a leste pelo Francisquinho, afluente do rio Jacuí e Sutil do Camaquã; ao sul pelo rio Camaquã e a oeste com a estância de São João, pelo rio Santa Bárbara. Ainda hoje aí se conhece o passo de São Lourenço, no rio Jacuí, que comunicava as estâncias de São Luiz com as de São Lourenço (PORTO, 1943, p.222).

^xNa década de 1820, Manuel José da Encarnação, um dos primeiros povoadores da região de Cruz Alta, trouxe de São Paulo uma imagem de Nossa Senhora Conceição, que é venerada até os dias de hoje na igreja da localidade de Linha Encarnação, interior do município de Panambi-RS.

^{xi}O cel. Aristides de Moraes Gomes é descendente de um dos primeiros povoadores “ paulistas” da região de Cruz Alta, Manoel José da Encarnação, cujos campos faziam divisa com a fazenda Santa Bárbara de Atanagildo Pinto Martins.

^{xii}Atanagildo Pinto Martins era natural da Vila de Castro, atual estado do Paraná, militar reformado, formou a Fazenda Santa Bárbara em 1826.

^{xiii}É importante ressaltar que neste período a Província de São Paulo englobava, além do referido estado, o futuro estado do Paraná até Lages em Santa Catarina.

^{xiv}REGISTRO DE UM OFÍCIO SOBRE OS CAMPOS DEVOLUTOS. Nº 55. Câmara Municipal da Vila de Cruz Alta - 17 de janeiro de 1850. AHM/CA livro 274 folha 113-116. Cruz Alta –RS.

^{xv}História de Tupanciretã Disponível em: www.tupancireta.rs.gov.br acesso em 09 abril de 2017.

^{xvi}Vários autores cruz-altenses mencionam a grande cruz erigida a mando do Padre Sepp em 1698, ao norte da atual cidade de Cruz Alta, como a origem do nome do município. Essa informação consta nos arquivos da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta organizado pelo Cônego Massa em 1855, cujos dados foram fornecidos pelo primeiro pároco Antônio Pompeu Paes de Campos (1824). (CASTRO [1887] 2009 P.82).

^{xvii}Na Lista de povoações e capelas das jurisdições do Uruguai e Paraguai, com as distâncias entre si. C. 1762. In: Manuscritos da Coleção de Angelis – Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos (1750-1802), há a menção de “Cruz Alta 25 leguas- Todo lo referido caé à Lueste.”